

# SPU pretende controlar manguezais de Vitória

O Serviço de Patrimônio da União, seção ES, enviou esta semana à Procuradoria Geral da Fazenda — órgão que o representa — um officio solicitando a concessão de uma liminar de manutenção e reintegração de posse das áreas compreendidas entre a Ilha das Caieiras, na Estrada do Contorno, e o bairro de Maria Ortiz. Embora não tenha revelado o teor do documento, alegando ser “questão de sigilo”, a delegada do SPU, Albani Rosetti de Almeida, informou que aguarda uma resposta para os próximos dias.

Na verdade, segundo sua explicação, tal atitude tem por objetivo preservar o que ainda resta dos manguezais que têm considerável parte tomada pelas invasões. Falando especificamente sobre a ocupação de São Pedro, ocorrida há pouco mais de uma semana, a delegada disse que o SPU pretende retirá-los do local porque “sabemos que os invasores têm a intenção de ir até Carapina, e, como São Pedro ainda pode ser restaurado, nós temos que tomar providências para evitar invasões daqui para a frente”. Quanto às invasões mais antigas, ela informou que o órgão irá, a médio prazo, proceder à legalização dos lotes ocupados.

Conforme suas declarações, esta ação do Serviço de Patrimônio da União objetiva evitar depredações no sistema ecológico dos mangues, “sobre cuja importância o público não tem conhecimento”, e opinou: “Na Ilha das Caieiras, 90% da população antiga vivia da venda de mariscos e isto está acabando. Cabe a nós, autoridades, esclarecer o povo para que ele possa reivindicar seus direitos de forma ordenada e efetiva. Através dos setores competentes podem ser tomadas medidas no sentido de desenvolver programas de habitação para as populações carentes, pois existe em nossa legislação jurisprudência sobre o assunto”.

A Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória tem defendido a causa dos posseiros na Grande Vitória e, embora dissesse “louvar a intenção da Comissão, que é das melhores”, Albani Rosetti de Almeida fez a seguinte observação: “Chamamos a atenção daquela Comissão para que sejam reivindicadas medidas mais efetivas para resolver a problemas de moradia das

populações carentes junto à Secretaria de Bem-Estar Social e à Prefeitura de Vitória, além de outros órgãos”.

“A ocupação dos mangues na forma precária como ocorre — prosseguiu a delegada — não só não resolve a questão de moradia dos mais carentes, mas também destrói a única fonte de recursos daquelas populações. Exemplo disso são os “marisqueiros”, hoje desaparecidos pela depredação de seu habitat. A Comissão deve ainda estar alerta com relação aos chamados invasores profissionais, que agem de forma indevida, utilizando as pessoas mais carentes”.

Após dizer que a urbanização dos lotes ocupados em manguezais é uma situação nova, a delegada do SPU comentou que para dotá-los de infraestrutura se tem um custo altíssimo, o que torna estes projetos inviáveis economicamente. “Com os gastos que se tem na urbanização destes terrenos — afirmou — o órgão público poderia desapropriar e urbanizar uma área lodial duas vezes superior em regiões de igual valorização. A título de exemplificação, a Prefeitura gasta Cr\$ 1,5 milhões para urbanizar um terreno de 200 metros quadrados nesta área, enquanto em Carapina um terreno de mesma metragem e com infra-estrutura custa Cr\$ 670 mil”.

Para discutir a ocupação dos manguezais em Vitória, membros da Associação de Biólogos, da Federação das Colônias de Pescadores do Espírito Santo e da Associação Capixaba de Meio Ambiente reuniram-se anteontem na Prefeitura de Vitória com técnicos do Departamento de Ações Ambientais da Secretaria de Saúde, do Instituto de Terras e Cartografia, do Instituto Jones dos Santos Neves, do SPU e dos departamentos de Biologia e Geociências da Ufes. Foi criado um grupo de trabalho que elaborará um documento sobre o assunto e que será enviado aos governos estadual e municipal nos próximos dias.

O documento abordará questões referentes ao aspecto social que representam as invasões e à preservação do meio ambiente, e, segundo explicou a delegada do SPU, o grupo de trabalho deverá realizar, brevemente, uma campanha de esclarecimento, alertando a população “para a importância que ainda existe nos manguezais”.